## **ATA ORDINÁRIA Nº 2904/2021**

2 (Virtual nº 69)

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação inicial de LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; na sequência de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.

42 <u>SECRETARIA EXECUTIVA</u>: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da**43 **SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.



## 44 **PAUTA**:

50

51

52

53

54

55 56

57

58

59 60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70 71

72

73

74 75

76

77

78 79

80 81

82

83

84 85

86

87 88

- 45 **1. Abertura**;
- 2. Contribuições para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico.
- Após a conferência de *quórum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.
- 49 **1. ABERTURA.**

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis -RGP. 6: Boa noite a todos. Espero que tenhamos uma boa reunião, uma reunião produtiva. E vamos iniciar pelo seguinte, houve um pequeno equívoco da Secretária, devidamente assumido, e a pauta hoje é a continuação das contribuições para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, que nós tínhamos combinado naquela região do dia 27. Então, eu coloco aos Senhores Conselheiros a ideia de fazer essa discussão, ao menos por um período da reunião. Aí eu liberaria o microfone da Patrícia para conduzir essa discussão, pode ser como parte das próprias comunicações. O que os Senhores Conselheiros acham? Podemos trocar assim e depois liberamos para comunicação geral? E depois vamos para a Ordem do Dia. Alguém quer se manifestar? Camila, controla daí? Outra coisa, Camila, tu conseguiria fazer para nós a verificação de quórum? O Felisberto está inscrito para falar sobre esse assunto? Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planeiamento Um - RGP. 1: Boa noite. Gomes. como o assunto esse do Programa de Reabilitação do Centro, a gente recebeu a minuta e a minuta de lei é uma minuta com muitos artigos e o próprio relatório exige uma análise mais profunda, tanto por parte de quem tem um conhecimento técnico e muito mais por aqueles que não têm todo o conhecimento e embasamento teórico na discutir um assunto de tal complexidade. Então, eu proponho que a gente tente esgotar esse assunto do Centro Histórico hoje, porque diz respeito à região que eu sou Conselheiro, é um assunto muito importante para a região. Então, eu proponho que a gente possa discutir mais profundamente, ter esclarecimento. Eu tenho muitas dúvidas ainda, tentei ler tudo, mas não é fácil, é um assunto que envolve uma complexidade e a questão de recurso para implementar o programa. Então, é um assunto que a gente deve ter um olhar cuidadoso. Era isso, Conselheiro Gomes. Obrigado! Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Obrigado, Conselheiro. Eu acho que a tua preocupação vai no sentido que a gente está pensando, aliás, assim, diga-se de passagem, é impressionante a produção da equipe liderada pela Patrícia. Eu realmente figuei impressionado de uma maneira inimaginável, por tudo que está acontecendo na Prefeitura, como que vocês conseguiram produzir tanta coisa? É uma maravilha isso! Eu até incentivei a Patrícia, Conselheiros, de não perder essas oportunidades, formatar esses trabalhos, formalizar esse trabalho e apresentar em encontros, seminários, promover, de repente até seminários entre outras prefeituras, entre capitais de repente, para fazer esse tipo de discussão. Independente da gente concordar ou não concordar com alguma outra coisa que tenha ali, tem um baita de um trabalho de crítica, de análise da questão de uma cidade superimportante, que é Porto Alegre e pelo momento que ela está vivendo. Então, assim, se os conselheiros concordam, eu passaria para a Patrícia fazer a coordenação. Patrícia, trabalharíamos assim, com um tempo mais ou menos livre, sem abuso, digamos assim, mas também não limitar para as pessoas poderem desenvolver o raciocínio de uma maneira mais ampla, mais completa. Pode ser? Se todos concordarem eu pediria à Secretária para liberar o microfone da

- 89 Patrícia e talvez mais algumas colegas ali, aí a Patrícia define e vamos para a discussão.
- Não sei, Patrícia, se tu pensaste em fazer uma introdução para a gente retomar a
- 91 discussão daí.

95 96

97

98 99

100101

102103

104 105

106

107

108109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121122

123

124125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

92 **2. CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO** 93 **HISTÓRICO.** 

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Boa noite a todos os conselheiros. Eu agradeço a gente ter a oportunidade de fazer essa discussão. A nossa ideia era fazer a mesma dinâmica que fizemos com os outros trabalhos. Então, eu vou compartilhar a tela e a gente vai passar a receber as contribuições de vocês, eu vou anotando, as dúvidas as gurias vão anotar em conjunto e a gente na medida do possível vai respondendo, enfim, tirando as dúvidas e recebendo as contribuições que vocês acham pertinentes. Levando em consideração que em relação a esse trabalho nós vamos planilhar, nós vamos fazer da mesma forma que nós fizemos no trabalho da instrução normativa, considerar para elaboração da minuta, enfim, os relatórios para a conclusão daquilo que for necessário. Então, muito obrigada por receberem a nossa equipe, a nossa equipe estava ansiosa para apresentar esse trabalho. E bom, este é o momento de ouvirmos vocês. Então, se me permitem eu vou compartilhar a tela. Então, como vocês podem chegar na tela, eu trabalhei ela da mesma maneira. Então, eu vou deixar aberto agui para na medida do possível que vocês vão contribuindo, eu vou anotando as contribuições. Eu também deixei aqui encima, qualquer consulta ou quando alguém quiser fazer alguma referência no relatório, na minuta, querer tirar uma dúvida, eu deixei aqui as abas para todos poderem visualizar na medida do possível. Então, vamos começando com os registros dos questionamentos. Quem se inscreve para falar? Felisberto. Gurias, podem me ajudar anotando as inscrições? Vamos passar ao Felisberto. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Q quantos minutos eu tenho.. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Pode falar, Felisberto. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Felisberto, em princípio vamos deixar o tempo livre. Claro, evitando o abuso, ninguém vai ficar 10 minutos falando, né! Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Tá, só me avisem quando eu estiver em 4 minutos. Primeiro, eu lamento não ter podido olhar com mais profundidade, até pela questão do meu trabalho como advogado, mas mesmo assim, durante a apresentação feita pela equipe da Secretaria, pela equipe comandada por ti, Patrícia, a Vaneska. Eu prestei muita atenção, figuei as 3 horas, revi alguns trechos. E assim, primeiro eu vou ficar em uma manifestação mais característica do Centro, que eu penso importante a gente falar um pouco sobre isso, né! Nesses anos que eu vivo no Centro, caracterizo o Centro por quatro espaços bem distintos ou talvez tenha até mais, mas na minha visão do Centro. primeiro é a questão do entorno da Rodoviária em direção ao Mercado Público, pela Voluntários da Pátria, pela Alberto Bins, pela Otávio Rocha, que é um centro com características peculiares, com lojas, com comércio, restaurante, bares. Principalmente a Voluntários, que tem o Camelódromo e todo aquele trabalho que tem ali de mobilidade que tem o projeto a ser implementado exatamente naquele quadrilátero ali da Doutor Flores, da Vigário José Inácio. Então, me preocupa muito esse setor, porque ele tem uma dinâmica própria de um centro comercial, de um centro que ti atende, por exemplo, uma parte de hotéis, têm cortiços, tem uma população

136

137138

139

140

141

142143

144

145

146

147148

149

150

151

152

153

154

155

156157

158

159

160 161

162

163

164

165

166

167168

169

170 171

172

173

174

175

176

177178

179

180

181

que mora ali em torno da Praça do Coliseu e a própria Júlio de Castilhos. Então, me parece que esse é um lugar característico do Centro. O outro que me parece, aí eu vou para o extremo, para o outro lá, que é o Gasômetro com a Praça Brigadeiro Sampaio, que também vai até a Caldas Júnior, como eu denomino um Centro que tem as ruas abertas. Então, propicia uma melhor dinâmica de convivência dos moradores com o Centro. E temos a Mário Quintana, que é a Casa de Cultura Mário Quintana, a Igreja das Dores, o próprio Gasômetro. Então, nós temos vários patrimônios históricos e cultural, que é usufruindo pela população. E agora a própria revitalização da orla, que traz um público e a própria praça que fica em frente ao Gasômetro. Então, me parece que ali é outra dinâmica, envolve a Riachuelo, Duque de Caxias, Demétrio Ribeiro, Fernando Machado e a própria Washington Luiz. E aí eu já vou a uma pergunta: por que eu me baseei em uma primeira análise? Foi exatamente onde eu vi o olhar de projetos de caráter habitacional. Então, eu queria que vocês me detalhassem qual a ideia que vocês têm pisos, para não expulsar os moradores e não elitizar principalmente a Voluntários da Pátria pela sua própria dinâmica de moradia e de comércio, que é característica da Voluntários. Então, eu acho que é importante a gente ter essa coisa. Depois, exatamente outro centro que para mim é importante, que caracteriza o Centro, é a Praca da Alfândega até o Pórtico do Cais do Porto ou o Cais Mauá. Então, ali tem vários prédios históricos. Eu vi que houve uma preocupação da equipe em manter aquilo intacto, apesar de ter moradores, né. Nós temos moradores na Sigueira Campos, aquele prédio que é da GBOEX e no próprio edifício do Santa Cruz, que é o maior edifício do Centro, também tem moradores, né! Então, eu vi que teve uma preocupação também com a questão dos armazéns do Cais para não ofuscar a importância dos armazéns para a Cidade e para o próprio visual do Centro Histórico. Por fim, não me estendendo, depois eu me reinscrevo de novo, que é a parte que vai da Borges de Medeiro em direção a Praça Dom Feliciano, que é outra característica também, que ali tem uma parte que é aberta, mas tem uma parte que é fechado, as ruas. E isso é completamente morto, sem nenhum atrativo à noite. E nós temos na esquina da Dr. Flores com a Riachuelo, um prédio histórico importante, que é a Confeitaria Rocco, né! Que tem toda uma importância histórica e cultural para o Centro. Por fim, era isso, eu acho que já esgotei um pouco, mas depois eu voltarei. Obrigado, Gomes. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Só comentando, Felisberto, a ideia, eu fiz as anotações principais, como esta é uma reunião do CMDUA, então, vai ter a transcrição completa, a gente vai poder depois melhorar os comentários. Eu coloquei aqui, só para a gente lembrar, vamos dizer, os principais pontos que foram tocados. Pelo que eu entendi se propõe fazer uma descrição por setores e algumas questões que são importantes em relação a isso. E tendo o questionamento principal, em relação à situação das moradias, eu não entendi muito bem qual seria muito bem o foco, eu não entendi qual seria a pergunta em relação a isso... Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: É que na Voluntários tem uma população já que mora ali que são moradores, na Pinto Bandeira, na Coronel Vicente. Então, é essa a minha preocupação, para não haver uma expulsão desses moradores, uma sofisticação, sem discutir a questão de habitação de interesse social. Depois eu volto porque tem outros assuntos, porque tem outros aspectos que eu quero tocar também, mas quero deixar os outros falarem. Tá? Obrigado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Só comentando, depois está escrito ali no relatório, que a gente teve uma conversa com o

183

184

185 186

187

188

189

190

191 192

193

194

195 196

197

198

199200

201

202

203

204

205

206207

208

209

210

211

212

213

214215

216

217

218

219220

221

222

223

224

225

226227

228

DEMHAB, com a SMARF, teve uma manifestação deles de procurar se manter as ocupações que existem. Então, vai ter um trabalho relativo a garantia de manutenção daqueles que estão lá. Não sei se respondi a tua pergunta, mas a gente pode evoluir ao longo do processo. Vamos ver quem é o próximo. É o Saffer. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Boa noite, pessoal. Não é bem uma contribuição, mas também é um pouco de dúvida quando eu li a minuta. Uma das áreas, a primeira área que o Felisberto descreve, ela está dentro do anexo, eu acho que aquelas áreas de setores de prioritária, de incentivos. Eu acho que fecha bem aquela imagem da direita ali. Eu gueria entender uma coisa assim, dentro do anexo VI, que tem essas áreas prioritárias, que vocês definem que tem aquele 1.5, se eu não me engano, para a questão do índice total, alguma coisa nesse sentido, né. As outras regiões ficariam no 1.5? É uma pergunta. Eu tinha entendi, qual é a diferença? Eu fui ver onde está citado na lei esse anexo VI, porque têm outros incentivos, como habitação de interesse social, o prioritário, esses também tinham a questão da isenção do valor do solo. Tem várias formas de incentivo e de atrair as pessoas para essa proposta do Centro. Então, cada situação é uma situação. Essa é uma primeira pergunta, Patrícia. E a segunda, quando vocês falam nos gabaritos, vai ter anexos que vão definir e já vão vir os gabaritos, que não são muitos quarteirões, nós parávamos para ver, tem uma imagem muito boa aí na apresentação. Não são muitos guarteirões, então, poderia já vir um estudo de todos os gabaritos e todos os quarteirões. Então, é isso que eu queria saber, se vai vir essa apresentação como anexo de cada quarteirão? É uma segunda pergunta. E depois é um detalhe, se vocês puderem na minuta, tem um lugar que está escritos "Cinco" e é "três", são "três anos". É só um detalhe. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: São três Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: É uma correção só na minuta. Poderia me responder essas perguntas? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Sim. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: A pergunta também é a seguinte, nós não vamos ter que ficar fazendo consultas? Eu consigo para fazer uma avaliação, não ter que fazer consulta, que se eu entrasse na DM ou na minuta, que tenha as informações para eu fazer um estudo de determinado terreno. de alguma edificação. É essa a minha pergunta. Está entendendo? Como vai ser essa sistemática? Por isso que eu acho importante já vir a definição dos gabaritos. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: A gente tem os critérios gerais a Vaneska pode explicar depois isso aí. Então, eu vou tentar explicar, qualquer coisa tu rebates, porque o importante é ficar bem claro. Em relação á questão do 1.5, a gente, na verdade... Esse 1.5 não é um benefício, é uma conversão de áreas adensável, não adensável e isenta em área total ou construída, porque a gente entende que é mais adequado fazer o controle volumétrico ou o desenho, controlar o desenho da cidade, quando a gente tem uma área total. E aí o monitoramento da densidade que seria relacionado à área adensável, ele ficaria, a gente monitoria pela própria construção do território. Então, cada vez que se entrar com um processo a gente vai coletar os dados e vamos monitorar essa densidade ao longo do tempo. Não vai ser por diferença entre área adensável, não adensável ou isento. Então, na teoria nós não teremos mais essas não adensáveis e isentas, teremos uma só. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento

230

231

232

233

234235

236

237

238239

240

241242

243

244

245

246

247

248

249

250251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271272

273

274

275

Seis - RGP. 6: Patrícia, algo semelhante como o 30% da atividade única? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Isso, mas aí após conversas, algumas reuniões que nós tivemos, inclusive, com a ASBEA, a gente resolveu adotar o parâmetro, ao invés de 30% os 50%, porque todas as edificações têm direito aos 50% não adensável. Inclusive, a compra do não adensável, tu compras adensável e tem direito a 50% não adensável. Então, a gente adotou, a gente aumentou um pouquinho o que seria o 30% e fizemos essa equiparação. E naquele perímetro... Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: É que tem ali no anexo, tem um item ali que fala só dessa situação, deu entender que está em toda a região, mas tudo bem. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Em todo o perímetro de adesão que está incluído. E naquela área prioritária, na verdade, vai ser uma área que a gente propôs, vamos dizer, a título de incentivo ao desenvolvimento do programa, uma isenção no valor do solo criado naquela área definida ali nos primeiros três anos. É uma área a menor, onde a gente viu que a gente teria mais interesse em transformar aquele território para dinamizar as características do Centro. Em relação aos gabaritos, na minuta de lei a gente estabeleceu os critérios, que eu acho que estão bem claros, eles ficaram bem claros através da apresentação da Vaneska, mas a gente acha prematuro detalhar um gabarito ou consolidar em pedra uma volumetria que, eventualmente, tu podes ter uma situação dependendo do tipo de atividade, ter determinado comportamento ou outro. Então, a ideia é a gente na regulamentação definir esses gabaritos ao longo do tempo. Acho que a Vaneska vai explicar direitinho como funciona em Barcelona, que em Barcelona os gabaritos são definidos ao longo do tempo, ou pela própria equipe técnica, ou o próprio requerente, atendendo os critérios que vão estar bem regulamentados, ele vai conseguir ter uma liberdade para trabalhar o seu projeto. Quer completar essa resposta, Vaneska? Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: É, eu ia comentar que a gente chegou ao ponto de ter o questionamento do quanto esse gabarito precisa estar em uma volumetria definitiva. A gente entende que mesmo ele deve ter certa flexibilidade, aí também acompanhado pelo monitoramento. A gente está mirando justamente os critérios que a Patrícia comentou, para garantir que o desempenho de certa forma desse gabarito seja adequado. Então, por isso a gente está trabalhando mais com a aferição de que se aqueles parâmetros estão sendo cumpridos, a proposta pode estar sendo tanto do executivo, de ter esse desenho desses gabaritos, que é algo que a gente vai detalhando, né, Patrícia? Que está na nossa rotina trabalhar nisso, mas que também possam ser construídos de forma alternativa pela proposição, pela proposta, através de requerentes, enfim, arquietos que possam estar apontando soluções, desde que atendam aqueles critérios que estão colocados ali para a formulação dos gabaritos. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: E a forma disso acontecer, a gente pode trabalhar depois em conjunto nas regulamentações. Se vocês verem no capítulo final, a questão da gestão, como é que a gente está pensando, está especificado o momento que isso pode acontecer. Mais alguma pergunta, Saffer? Foi compreendido, ou discorda de alguma coisa, ou tem um contraponto? Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho que uma questão importante que eu vi que o Saffer apontou, algumas coisas que não ficaram

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300 301

302

303

304

305

306

307

308

309 310

311

312

313

314

315

316317

318

319

320 321 muito claras na minuta, acho importante depois a gente destacar exatamente a posição desses artigos para eventualmente a gente fazer uma adequação, né, Patrícia? Para ficar mais claro mesmo. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Mas eu acho que é uma coisa muito técnica, que está faltando uma contribuição, não sei se é de debate aqui, está entendendo? Exatamente vai nessa linha, é exatamente isso, porque quando eu fiz a primeira leitura dá entender que nesse 1.5 era bem ali que fala sobre o anexo VI. A gente tem que ver que essa era a fórmula de calcular, mas tudo bem, eu posso trazer isso de outra forma questionando ou mandando perguntas para vocês, até porque nós estamos fazendo um debate interno sobre esse assunto. Posso só dizer o que está ali, no artigo 15 fala da letra a, essa área que o falou ali. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Vamos ver ali. Pode ir dizendo o que está no artigo 15, Saffer? Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Posso. É o inciso II, letra a, eu fico perguntando por que anexar isso, se isso é um padrão, é uma redundância, porque na UEU Subunidade 2 ou UEU 02: ... adota-se um padrão potencial construtivo, que corresponde ao índice de aproveitamento básico constante na tabela anexo VI, modificado pelo 1.5... Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade -SMAMUS: Para equivaler a área construída total. Ele vai multiplicar por 1,5 dentro desse perímetro de adesão se adote o critério da área construída total e não a diferenciação entre área adensável, não adensável e isenta. Sérgio Saffer (Titular), Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Mas isso em toda a área... Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: É que eu preciso fazer essa descrição na minuta para diferenciar ela de todo o território. Vamos dizer, de todo o território, eu preciso descrever o que o programa de computador vai escrever ali, é só uma operação que vai dizer o que vai acontecer ali. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: É que o anexo VI fala de tudo, não só do setor de prioritários como o de adesão. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Ele fala de tudo. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Achei que fosse dos setores mais prioritários. Não, ele fala de tudo. Entendi. Está bom! Obrigado! Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Está só isso? Então, muito obrigado, Saffer! Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: O próximo eu acho que é o Professor Rômulo. Por favor, Professor. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul -**UFRGS:** Olá! Então, boa noite a todos. Eu queria antes de tudo me somar ao Gomes com relação ao que ele falou sobre o trabalho que a equipe apresentou. Isso não é um elogio, é uma simples constatação de que realmente o trabalho evoluiu muito desde aquela primeira apresentação que nós tivemos lá, sei lá, há três meses, provavelmente. Eu vi lá muito das coisas que foram referidas naquele primeiro debate, que essas coisas tiveram repercussão. Quando a gente fala alguma coisa, não quer que ela seja imediatamente aceita, mas a gente está colocando uma coisa como uma nova referência para ser tomada em consideração e eu vejo isso com satisfação que a equipe foi permeável a muitas dessas sugestões. Bueno, apesar disso, à medida que eu trabalho foi sendo apresentado,

323

324

325326

327

328

329 330

331

332

333

334335

336

337

338 339

340

341

342

343344

345

346

347348

349

350

351

352 353

354

355

356 357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

há duas semanas, e depois, a reunião terminou e eu continuei estudando, enfim, examinando com o máximo cuidado possível o projeto de lei, a minuta, aí anotei uma série de coisas. Não me foquei nas questões que foram colocadas no projeto de lei, na minuta, mas nas coisas que na minha opinião não constam ali e que por alguma razão deveriam ou pelo menos, enfim, estarem presentes ou subjacentes, algumas coisas não precisa evidentemente constar no projeto de lei, mas o projeto de lei deve como arcabouço, ou deveria considerar essas coisas. Foi um texto que eu enviei, eu tenho esse costume de anotar as coisas, desenvolver por escrito e me dei conta que seria impossível apresentar aquilo em um período de tempo reduzido que a gente conta nas reuniões. Então, eu preferi enviar para vocês e vou tentar destacar uma ou duas dessas coisas que eu julgo, particularmente, importante. Bueno, como vocês vão verificar, as anotações que eu fiz vão desde as coisas que são mais imediatas, ou seja, que fazem parte do próprio projeto de lei, mas que de alguma forma deveriam ou poderiam serem ampliadas ou serem reformuladas de alguma maneira para privilegiar as técnicas, como, por exemplo, a continuidade. Ainda tem coisas relativas, que esses projetos costumam sofrer, fazer um recorte temporal, relativamente curto, em coisas que não são tão curtas, que tem dinâmicas muito mais lentas, muito mais longas e que envolvem medidas que são tomadas agora, mas que vão ficar lá adiante ou não vão, vão ficar lá dentro. Eu até cheguei a destacar, particularmente, a questão dos transportes, né! Se a gente for olhar como os transportes estão sendo tratados no projeto de lei... Bueno, são questões imediatas, são questões relativamente triviais em relação ao sistema todo e de resolução imediata. Mas, evidentemente, o transporte é uma coisa que tem uma amplitude e representa um fio condutor, vamos dizer assim, da cidade. Quer dizer, qualquer coisa que seja feita agora precisaria de alguma forma estar situado dentro de uma coisa maior. Então, eu comecei por essas questões que são mais óbvias e derivadas do próprio arcabouço do projeto de lei e depois evolui, vamos dizer assim, acrescentei algumas coisas que poderiam ser pensadas. Não são parte da lógica estrita do Plano Diretor e do plano do programa de revitalização do Centro, que pertence de alguma forma ao mesmo arcabouço teórico, metodológico e tal, mas que poderiam ser coisas que poderiam enriquecer de alguma forma o plano. Uma delas, por exemplo, que eu destaco é a questão da parte de financiamento do programa associado à participação, ou seja, quando a gente pensa -Como que esse negócio vai se financiar? *Bueno*, aparentemente, o programa apresentado para nós se baseia em um financiamento privado, que são coisas decorrentes do próprio desenvolvimento da cidade, construção, venda de solo criado, contrapartidas, etc. e etc., que são coisas que estariam, que obviamente fazem parte da coisa. Mas esse tipo participação é uma das possíveis, que envolve um tipo de agente, que são basicamente agentes ligados ao desenvolvimento urbano, incorporação imobiliária e tal, que são participantes legítimos do processo, mas são uma parte deles. Existem, por exemplo, muitas pessoas que gostariam de alguma forma, que nem são do Centro, que são de outros lugares da Cidade, mas que veem no Centro, ou alguma coisa interessante, ou uma coisa que vale a pena tratar, ou que pode ter resultado de investimentos, mas são pequenos investimentos. Como que um cara que tem R\$ 10 mil vai participar do programa, né? Então, acho que isso é uma coisa que o programa poderia ter, ou seja, como é que se possibilita, como é que se viabiliza a participação de pequenos investidores, de pessoas individuais, que têm recursos limitados, mas que não obstante tem interesse tão legítimo, tão importante, tão válido quanto das grandes incorporações, das empresas, enfim, desse tipo de coisa. E outras, que ficam para a consideração de vocês. Então, acho que isso...

370

371

372373

374

375376

377

378

379

380

381 382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397398

399

400

401 402

403

404

405

406

407

408 409

410

411

412413

414

415

Outra coisa que eu lembrei agora, que eu acho que é importante, que se refere, inclusive, ao que foi muito bem colocado pelo Felisberto, que é o seguinte, o Centro da Cidade é a área, o pedaço de Porto Alegre que reúne a maior quantidade de particularidades, porque é uma área mais antiga, é a que mais interessou, há muito mais gente durante muito mais tempo. Então, toda essa concentração faz com que cada esquina, cada cantinho do Centro da Cidade que tem lá a sua particularidade e o tratamento disso, mediante uma regulamentação urbanística genérica, eu acho que é basicamente inviável. Embora nós tenhamos esses recursos de EVU, esses recursos de avaliação de impacto, não é? Eu acho que essa questão da avaliação de impacto deveria ser pensada como uma variante da que nós temos hoje em dia, uma variante para o Centro da Cidade, ou seja, que ela seja tão capaz de capturar e de tratar de forma adequada cada particularidade que o Centro da Cidade apresenta. Então, isso é uma coisa que evidente, não formulei isso, mesmo não é uma coisa muito difícil de ser formulada. Quer dizer, nós precisamos estabelecer critérios de qualidade da Cidade, qualidade ambiental, qualidade de vida, qualidade urbanística, enfim, qualidade paisagística, essas coisas todas. E a partir desses critérios ver o que é preciso que o nosso sistema de avaliação de impacto para essa situação deva ter. Basicamente é isso, eu não tenho muito mais o que acrescentar em relação àquilo que eu escrevi, que já não é pouca coisa, são 12 itens que eu sugiro em relação ao que poderia ser de alguma forma articulado ou combinado com o que foi já apresentado. Obrigado, era isso! Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Perfeito, Rômulo! Queres comentar, Patrícia? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Sim, sim, rapidamente. Obrigado, Professor. Realmente, nesse período, como eu já tinha comentado, a equipe se esforços bastante para, vamos dizer, entregar um trabalho que teve a dedicação plena de cada um dos integrantes, cada um deu o seu melhor na medida do possível. Nós recebemos as contribuições, agradecemos, nós vamos avaliar. Assim que recebermos as contribuições dos demais conselheiros a gente também vai fazer as avaliações. Só uma questão em relação ao ser genérico, na verdade, a nossa ideia é justamente ao contrário disso, a gente vai tomar o cuidado de não consagrar as coisas nesse primeiro momento e sim focar. Por isso tem um capítulo específico em trabalhar a gestão e o monitoramento, acompanhando o monitoramento do desenvolvimento do território e o nosso trabalho de detalhamento desse território, que é tão especial, que é o Centro Histórico, vai acontecer quarteirão por quarteirão. Então, cada quarteirão por quarteirão a ideia é que seja detalhado, considerando, vamos dizer, os parâmetros que nós colocamos, que não foram consagrados, mas da forma como estão pontuados consideram as características de cada local. Não sei se me fiz entender, mas essa é a visão que nós tivemos quando desenvolvemos a proposta. Era isso, Gomes. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Perfeito, Patrícia. Então, o próximo inscrito é o Conselheiro Hermes. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Boa noite a todos. Eu peço desculpas, mas por problemas técnicos entrei já começando a reunião. Figuei meio perplexo, porque não sabia que tinha sido alterada a pauta e não me preparei também. De qualquer forma, algumas questões eu queria levantar, mais como contribuições, alertas também. Eu reconheço o trabalho técnico realizado, o esforço e parabenizar o grupo. Entre as questões que eu levanto, eu continuo a minha grande crítica a esse trabalho. Não é do ponto de vista técnico e sim político, porque eu entendo que ele continua sendo uma

417

418

419 420

421

422

423 424

425

426

427

428 429

430

431

432

433

434

435

436

437 438

439

440

441 442

443

444

445

446 447

448

449

450 451

452

453

454

455 456

457

458

459

460

461

462

proposta açodada do governo, ou seja, um trabalho desses, dessa dimensão, e eu entendo que tenho uma noção exata da dimensão que ele abrange, chegando a detalhamento de quarteirões, etc., no sentido de trabalhar, que era uma das ideias do plano de 99, de trabalhar, de ter uma flexibilidade e não empacotar os projetos, através do Plano Diretor, como era a grande crítica do plano de 79. Então, nessa linha, esses prazos, esse acodamento, que é um acodamento político... Eu não estou fazendo nenhuma crítica aos técnicos da Prefeitura, mas termina fazendo que a gente perca, assim como o Rômulo me antecedeu, a possibilidade de aumentar o leque de visões, de preocupações e de soluções. Eu vejo que sempre que o grupo técnico fala que tem feito contato com o pessoal da construção civil, os investidores, os incorporadores, os construtores, o grupo que participa de projetos e etc., da arquitetura e urbanismo, mas isso é apenas um aspecto de toda essa gama de interessados e de atores que têm interferência direta nessa área, que vão viver essa área. Dentro disso, uma das preocupações que eu tenho... Não é preocupação, é alerta, na verdade. Eu lembro que no plano de 79, uma das grandes críticas era que os projetos tinham que virar uma caixinha, tinha que obedecer a lei, fechar uma caixinha. E que a questão de ter uma área construída ali máxima fazia com que a qualidade dos projetos fosse muito ruim e com isso se criou, a partir de certo momento, as áreas não computáveis ou áreas isentas, que eram as sacadas, outras áreas que foram agregadas e não contavam no potencial construtivo máximo para dar qualidade a esses projetos. O que aconteceu em Porto Alegre é que não houve uma qualificação, houve sim, em um primeiro momento se criou essas sacadas, irregular, mas fecharam as sacadas. Depois foram alterando a legislação e virou um plus, mas isso é um processo constante. Eu entendo que quem defende isso está defendendo as suas posições, mas é uma preocupação que traz, na medida em que essa área, essa nova proposta de ocupação do terreno, que eu acho bem interessante, era uma das questões que se discutia muito na década de 90, sobre essa maior flexibilidade. Mas é uma preocupação no sentido de que no momento que for... Me parece que vai acontecer isso, novamente, daqui a pouco, estão fazendo um lobby, já mudou o prefeito, mudou todo mundo, um lobby para criar mais -Mas toda essa área é área computável, vamos quem sabe criar outra área... E assim vai indo! É uma preocupação que eu trago. Outra questão que para mim é importante também, saí vem ao encontro do que eu disse do açodamento da proposta, que eu entendo como uma proposta mais política, o Prefeito decidiu que se faria alguma coisa no Centro, que não há nenhuma crítica, o Centro precisa, não tenho dúvida, mas não existe nenhuma projeção econômica que trabalhe com a questão econômica da Cidade. Então, o que eu vejo é que a gente está aprovando, o Conselho, está cada vez mais se aprovando loteamentos para 40 mil pessoas no aeroporto, outro para não sei o quê... E alguém sabe se tem esse público, qual é o público alvo dessa ocupação nova no Centro? Na verdade, nós não temos nenhum crescimento populacional e nem um crescimento de renda. Então, eu vejo algumas hipóteses, provavelmente, se for uma situação que for muito positiva no sentido de agregar qualidade nos prédios e etc., vai haver uma migração de camadas que tem maior poder aquisitivo para o Centro, expulsando a população do Centro. Tudo bem, eu não estou nem fazendo uma crítica, mas é uma ideia. A outra é mais uma dúvida de onde que vai sair essa população, se tem algum estudo, alguma projeção sobre isso. E também queria comentar uma questão que a Vaneska falou sobre Barcelona, que a gente sempre tenta tentar fazer essas experiências melhores e isso me incomodava muito. Eu lembro que uma época se trabalhava com o plano de 99, a questão das densidades e alturas, e o pessoal que defendia dizia – Mas por que não imita lá não sei onde? Em Nova

464

465

466 467

468

469

470 471

472

473

474

475

476 477

478

479

480

481

482

483

484

485

486 487

488

489

490

491

492

493

494

495 496

497

498 499

500

501

502

503

504 505

506 507

508

509

York, que a densidade é muito alta em relação a Porto Alegre e altura também. Eu acho que são questões muito delicadas, eu acho que a gente tem que tentar entender mais a nossa realidade da população de Porto Alegre, dos costumes, da economia, é lógico, sem desconhecer essas outras experiências que tem, que são excelentes do ponto de vista do urbanismo. E, por fim, a minha outra questão, isso já foi falado de que se pense não só na questão da construção, da ocupação do Centro, mas volto a afirmar, mas atendendo do meu ponto de vista o interesse de setores da construção, setores do empresariado. É que todo esse trabalho contemple, para mim um planejamento completo deve considerar algumas questões dos agentes que vivem no Centro; ou seja, camelôs, guardadores, papeleiros, moradores de rua, toda essa população que é considerável no Centro, não podemos dizer que isso não é um problema do planejamento urbano. (Sinalização de tempo esgotado). Terminando. Mas é uma questão que tem que ser considerada, se não mais uma vez eu acho que é um trabalho que termina ficando prejudicado. Obrigado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu só quero fazer um comentário, assim, o nosso trabalho do planejamento urbano, nós somos pagos para isso, nós somos pagos e ficamos muito felizes de ter oportunidade de ter essa dedicação e conseguir fazer um trabalho que pode fazer a diferença na nossa Cidade. Uma proposta, claro, ela pode ter as suas críticas, pode não ter, mas esse é o nosso trabalho e o nosso trabalho é para a Cidade, para todas as pessoas. Está ali bem claro nos relatórios que a gente fez uma pesquisa com os grupos da sociedade, nós consultamos diversas secretarias, consideramos diversos aspectos. Então, não acho adequado a gente dizer "não, nós trabalhamos com o mercado imobiliário"; não, o nosso trabalho é de planejamento urbano, desenvolver projetos territoriais e a gente pretende continuar fazendo isso. E mais, as ideia que nós temos, que estamos pesquisando, que a gente vai ter a ideia de considerar os territórios como sua característica especial e a gente vai ter sim o nosso Plano Diretor, que vai considerar a Cidade como um todo, mas cada bairro, cada porção de território deve e merece ter o seu olhar. O primeiro deles é o Centro e a nossa ideia sim é na medida do possível, conforme a demanda da população e conforme os próprios resultados do Plano Diretor a gente ir trabalhando sim os diversos territórios da Cidade considerando suas características. Eu não sei se a Vaneska queria complementar alguma coisa. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Acho que sim, patrícia. Eu anotei alguns pontos para a gente contemplar, eu queria só deixar também registrado, sem tirar o mérito do que é citado como questões importantes para o planejamento urbano. Eu acho que hoje a gente tem modelos e ações que muitas dessas ações podem ser retiradas desse caráter mais especulativo, a gente pode fazer medições e poder ser mais objetivo para avaliar esses cenários que estão sendo contrapostos. Eu fiz algumas anotações aqui, acho que desde os planos de melhoramentos, que Porto Alegre investiu. A gente vê que o plano de 79 que foi citado, foram citados os planos, a gente vê que de certa forma o desenho urbano acabou perdendo espaço nessas figuras de planejamento, nessas peças de planejamento. Então, é muito no sentido de resgatar e também poder de certa forma oferecer uma alternativa, porque hoje a gente já tem envelopes para os nossos lotes, né! Só que esses envelopes estão baseados no modelo de base, torre e configurado ali através de recursos. A gente sabe que para atingir o potencial construtivo existe uma forma de ocupar esses lotes, que aproveita melhor o potencial construtivo. Então, de certa forma a gente tem esse controle, só que a gente está colocando um contraponto a esse

511

512

513514

515

516

517518

519

520

521

522523

524

525

526 527

528

529

530

531532

533534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551 552

553554

555

556

controle da paisagem, que como fica vinculado muito à geometria do lote, ele acaba gerando um controle e descontrole, né! Porque a aleatoriedade do formato muitas vezes do nosso parcelamento acaba resultando numa variação muito grande enquanto solução de recuos, alinhamentos. Eu tinha também anotado aqui sobre a questão do crescimento populacional, é uma questão que a gente vê muitas vezes ser pontuada nas discussões, nos debates de planejamento para Porto Alegre e aqui eu vou colocar, então, outra questão, né! Como Porto Alegre se enxerga dentro da região metropolitana? Hoje nós somos a capital do Estado, a gente sabe que isso muda, historicamente, em muitos locais isso mudou. Os municípios da região metropolitana, muitos deles continuam crescendo. Então, é um pensamento que tem que existir. Bom, Porto Alegre não está crescendo. Então, não vamos mais pensar em novas ações, talvez tenha que se pensar por que Porto Alegre não está crescendo, né? Porto Alegre deve cresceram? A gente está com uma população que está envelhecendo e não está crescendo na taxa de mortalidade na mesma proporção em que ela envelhece? Então, como a gente enxerga isso? Como a gente pensa o futuro da Cidade dentro desse contexto e desse cenário? São perguntas que a gente tem, muitas delas eu entendo que têm que serem feitas também à luz da revisão do plano. Nem tudo se concentra no Centro, no Centro a gente fez um cálculo muito baseado na sustentabilidade do que hoje existe de infraestrutura e de equipamentos e serviços no território, mas para o próprio crescimento da Cidade a gente tem que pensar nessas questões. Então, querendo contribuir mais para o debate, né, Patrícia? Eu entendo que tu já pontuaste ali, fez alguns contrapontos e no restante agradecer às contribuições. A gente está tomando nota e vamos pensando em como deixar talvez até algumas questões de forma mais clara. Eu la colocar também, antes eu comentei que as contribuições que nós recebemos de forma escrita, entendo que a gente pode fazer também uma manifestação por escrito para daí também contemplar todos esses pontos, ver como a gente enxerga eles dentro do projeto de lei e, eventualmente, também fazer os ajustes que se façam necessários. Obrigado. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Obrigado, Vaneska. O Conselheiro Fernando. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -SENGE/RS: Boa noite! Boa noite, Presidente Gomes, Conselheiros. A minha intervenção no sistema de revitalização do programa do Centro é bem pontual. Como eu já tinha comentado em outras oportunidades me preocupa muito a questão da infraestrutura. Em se tratando do Centro nós temos uma estrutura bastante defasada. E por se tratar de um programa e não de um projeto, entendo que deva ter alguma diretriz com relação a isso. Onde eu quero chegar no aspecto pontual desta minha fala? Todo programa se eu tenho as diretrizes é muito melhor até para eu poder fazer um planejamento quanto a essa infraestrutura e não simplesmente analisar. E quando eu falo "simplesmente" não tem demérito nenhum, é a forma como se dão as coisas, de que quando eu faço o empreendimento avalio a necessidade de infraestrutura e começo a pedir algumas coisas pontuais. Vou dar um exemplo típico que em Porto Alegre acontece muito, são as famosas bacias de detenção, né! Enquanto eu poderia ter pensado num programa de drenagem superficial, muito mais eficiente, muito mais extensivo a todo o bairro e que realmente traria uma solução técnica adequada e não soluções pontuais em função do tamanho ou do empreendimento. Ou seja, se eu faço um empreendimento agui, outro há duas ou três quadras não resolve o meu problema, é um paliativo muito frágil sob o ponto de vista de planejamento, associado à infraestrutura. Com isso eu também trago de novo, o mesmo tema, em se tratando do Centro o que a gente fala que aqui é muito simples, porque esse

558

559

560561

562

563

564565

566

567

568

569570

571

572

573574

575

576

577

578579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596597

598

599

600

601

602

603

trabalho desenvolvido pela equipe... E de novo eu vou reiterar meus parabéns, porque todo o trabalho em planejamento urbano é um trabalho hercúleo, que tem diversos caminhos e nem todos têm aquela certeza que se espera, mesmo sendo técnico e também nem os erros também que muitos podem apontar. De certa forma é um trabalho que vai se tateando e vai se pensando ao longo do tempo na própria dinamicidade da Cidade. Tendo em vista isso, fica como uma sugestão, né! E de novo vou dizer que é muito fácil a gente em cima de um trabalho sem saber todo o volume que dá. Se houvesse estudos preliminares da infraestrutura, que pudesse ter uma diretriz por se tratar de um programa das questões de infraestrutura. E aí através das contrapartidas ou das mitigações que isso pudesse fazer parte dentro desse programa maior também e não ficar tão pontual assim. Então, fica isso como uma sugestão a ser considerada. Era isso e quero parabenizar pelo trabalho, todo trabalho é muito bem-vindo. E quero lembrar uma coisa, a questão do Centro se fala muito e, na realidade, é muito difícil começar. E aí é que vem o grande mérito, finalmente nós vamos fazer alguma coisa pelo Centro. Desde já agradeço aí, uma boa noite. Obrigado, Conselheiro Gomes. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Obrigado, Conselheiro Fernando. Patrícia, comentando? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu gostaria de comentar, eu não, Fernando, se chegaste nessa parte do relatório. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Eu acho que sim. Eu não estou vendo aqui no relatório. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade -**SMAMUS:** Assim, os estudos que nós fizemos em relação à questão da entidade, enfim, diversos órgãos relacionados à questão da infraestrutura, a situação da infraestrutura, que impossibilitou a gente tomar as decisões que tomamos. Eu entendo, por isso coloquei ali, acho que uma das questões que foram pontuadas, sim, que a infraestrutura é suficiente, enfim, mas que precisa de melhorias. Têm infraestruturas muito antigas, então, a gente precisa fazer algumas trocas. Então, eu pontuei, se me permite, da gente colocar agui no desenvolvimento do programa, que a gente passe a detalhar, focar nesse detalhamento do que especificamente precisa ser complementado por setor ali, porque se identificou muito que tem alguns setores específicos que precisam de alguma complementação, outros não. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Ok, obrigado, Patrícia. Fico grato pela receptividade. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Eu tenho como próximo inscrito o Felisberto. Felisberto, vou te fazer uma sugestão, vamos ver se tu aceitas. Tem a Tânia inscrita e o Rafael, quem sabe fala a Tânia, fala o Rafael e aí tu falas, como tu és no repique. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Eu ia propor isso. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Beleza! Então, Conselheira Tânia, com a palavra. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 4: Boa noite a todos. Em primeiro lugar gostaria de parabenizar a equipe técnica pelo excelente trabalho, extremamente descritivo, mas eu gostaria de fazer algumas considerações, porque eu tenho algumas dúvidas. Quando se faz a comparação, isso aqui sempre me deixa um pouco aflita, quando se faz as comparações com países europeus e países desenvolvidos, são ótimos exemplos de planejamento urbano. Isso a gente sabe, mas nós vivemos em outra realidade completamente diferente, uma realidade, cultural, cultural muito forte e social. Então, a estrutura é completamente diferente. Então,

605

606

607 608

609

610

611612

613

614

615

616 617

618

619

620

621

622 623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

existem algumas coisas que seriam mais fáceis e mais adequadas, com certeza, em outros países do que aqui para nós. Nós temos outras necessidades que são muito mais emergentes do que essas considerações. Eu gostaria também de saber, Patrícia, como se dará essa fase de planejamento, tá? Em quanto tempo, como vai ser feito isso. Vocês tem o planejamento de em quanto tempo vão começar essas obras? Inclusive, as obras ali da João Alfredo, que eu tenho algumas pessoas que já me perguntaram e eu não soube informar, quando vão começar aquelas obras, que já foram aprovadas, inclusive, né? Outra coisa, se vai haver a reestruturação dos prédios antigos da Cidade, tendo em vista essa consideração das características e dos territórios. Na Cidade existem bolsões que existem em vários prédios antigos e eles estão caracterizados. Isso sim é interessante, porque quando o europeu vem para o Brasil ou quando as pessoas viajam para outros países, o que elas gostam de visitar são as histórias dos países, né! A gente visita castelos, locais bonitos, históricos, preservada, natureza preservada, espaços históricos preservados. Isso conta a história da cidade, conta a história das pessoas e a gente não vê isso aqui, a gente sabe que sim, o Centro está sucateado, ele foi abandonado com outros intuitos, mas e agora, o que vai ser feito? Estou com problema agui... Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Oi, Tânia! Tudo bem? Perdesse o microfone? Está sem sono. Deixa eu ver. Patrícia, tu queres fazer algum comentário sobre o que a Tânia falou até agora? Alô, retomando... Patrícia, tu está me ouvindo? Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho o sistema... Oi, Gomes, tudo bem? Estou por aqui, viu? Estou acompanhando vocês pelo celular. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Oi, boa noite. Seja bem-vindo, Presidente! Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Tranquilo. Eu estava vindo no carro, ouvi desde a fala do Felisberto, vim acompanhando mais quietinho e agora estou na Secretaria. Eu estou vendo que o sistema está meio que travando, também meio lento aqui, a Patrícia travou. Não sei se é o Zoom. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Travou o meu, de vários. Eu sugiro, não sei, de repente assim... Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Acho que agora liberou. Patrícia? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Afora estou te ouvindo, eu só não consegui ouvir nada da Tânia. Não vou conseguir responder ela, não sei se as Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Assim, sem prejuízo, eu acho que a gente passa a palavra para o Rafael e depois retomamos com a Tânia, damos a oportunidade para ela entrar de novo. Eu me despeço, Presidente, deixo contigo. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Show de bola! Obrigado, Gomes, pela condução! Rafael. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/RS: Obrigado, Secretário. Boa noite. Algumas considerações e alguns questionamentos. Primeiro, é inegável a evolução, ainda que eu considere que muitas delas ainda se debrucaram sobre premissas sobre as quais a gente vem questionando e vai seguir questionando, algumas eu vou colocar. A primeira delas eu diria que a despeito de que haja alguns elementos de programa, há diversos elementos de uma revisão do Plano Diretor, de uma revisão de gabaritos, etc., que talvez

651

652

653654

655

656

657 658

659

660

661

662 663

664

665

666

667

668

669

670

671 672

673

674

675 676

677

678

679

680 681

682

683

684 685

686

687

886

689

690

691

692

693

694

695

696

não esteja apropriado à questão de se fazer tal revisão, de ter esses elementos fundamentais do regime urbanístico da área, conforme o plano. A questão do tratamento dos dados, houve um tratamento estatístico em relação aos dados levantados pela consulta dos questionários ou não houve? A questão daquilo que agente apontou sobre investimento em ações estruturadoras, o único elemento que eu vi que parece atender de alguma maneira é a questão da redução do número de terminais. Quer dizer, questão o transporte é colocado entre as ações a serem financiadas pelo programa, pela venda do solo criado, não estão aí grandes ações estruturadoras, como, por exemplo, a questão do transporte, que está ali só a redução, ou seja, ela está mais ligada à questão do espaço público em si do que resolver o problema da mobilidade, que já é uma realidade com a atual densidade e não há dúvidas, nós não vamos ser o único lugar onde isso não vai acontecer. Ou seja, onde o maior adensamento sem soluções de transporte e de mobilidade que reduzam a quantidade de carros, e provoque, e fomente o transporte público não aconteça, se não acontecer nós vamos ter o agravamento dessa situação. Além do que, por exemplo, a sugestão trazida aqui pelo Conselheiro Fernando, das questões da grande infraestrutura, do ponto de vista de drenagem, também não constam e elas deveriam constar nas acões. Isso eu concordo com o Conselheiro Fernando. A questão, quando se fala do adensamento, além da questão trazida aqui pelo Hermes, e aí vem a pergunta, a gente quer, vamos trabalhar com adensamento muito maiores. De onde virão essas pessoas? Quer dizer, não é Porto Alegre que não está crescendo, todas as cidades do país, todas as grandes cidades do país estão com crescimento demográfico estacionado. As cidades que crescem no país, em outros países, são cidades médias e pequenas, isso se dá por uma nova dinâmica demográfica nacional. Porto Alegre não vai querer se arvorar e com essa tendência, há duas tendências, né! A primeira é um crescimento demográfico global estacionado, estamos na segunda metade do Século XX, ao contrário, não há boom populacional, ele já está estabilizado. Quer dizer, aí vem uma questão, de onde virão essas pessoas? Ou se virão de algum lugar, pelo menos elas deveriam deixar de ir a outros. Eu quero dizer com isso é que para que a gente possa aumentar essa densidade no Centro nós vamos ter que dizer assim, nós queremos estimular e priorizar o crescimento no Centro, o adensamento no Centro. Então, não dá para adensar em outros lugares. Então, isso redunda em um debate posterior, que não deveria ser posterior, ou seja, aí mais uma questão da oportunidade de que esse programa deveria estar redebatido junto com a revisão do plano e não antecipando. E um parêntese, parece até que ele traz aqui algum tubo de ensaio para algumas propostas de revisão. E aí eu vou a uma questão, a questão da nova proposta de gabaritos. Eu não vou ficar defendendo modelo de base e torre, até porque em boa parte do Centro ele não é o modelo utilizado, ou seja, boa parte do Centro ainda se guardou o modelo de recuos conforme a altura e conforme a relação com o espaço público, como havia. E aí volto um pouco à questão de adensamento, que quando se fez esse estudo, aí é mais uma pergunta, quando se fez esse estudo das densidades comparativas... E a gente diz que tem que aumentar a densidade daqui, porque a gente não está muito aquém de densidades de outras cidades. Se fez um estudo também do espaço público da relação em espaço aberto, público e espaço privado, e da relação com o grão... Quer dizer, aí eu vou à questão das volumetrias. Quando eu vejo os estudos apontados, sobretudo, com os modelos em 3D que se apresentam, eu vejo muito mais nada inovador, mas um retorno aos padrões do Plano Diretor e das alterações dos anos 60, dos anos 70, que trouxeram de fato uma situação, considerando o grão, considerando as configurações da estrutura

698

699

700 701

702

703

704

705

706

707708

709

710

711

712

713 714

715

716

717 718

719

720

721

722723

724

725

726

727728

729 730

731 732

733 734

735

736

737 738

739

740

741

742

743

urbana do Centro, trouxeram edificações com graves problemas de habitabilidade. E esses edifícios, esses lotes que serão objetos de reconversão, eles estarão reproduzindo um modelo que lá no plano de 99, com uma participação muito maior do que essa que se propõe aqui para esse programa, foi dito "não", é um modelo ao qual foi dito "não". Não estou defendendo aqui um modelo de base torre, eu acho que pode ser discutido, considero até que ele também não é apropriado para o Centro. Mas porque, por exemplo, não está sendo considerado aqui a questão das volumetrias consagradas ali, que trazem essa ideia da relação com a rua, e para isso com isolação e etc.. Outra questão é a participação social na aplicação dos recursos. Existe um comitê do Poder Executivo, não há qualquer previsão de controle social através de uma instância colegiada, pode ser até mesmo o próprio CMDUA, que determine a prioridade no investimento, na aplicação dos recursos do programa. A questão... Eu não entendi direito, se puder explicar um pouco melhor, nessa questão dos 50% que seriam incorporados, vem uma questão importante. Quer dizer, eu acho grave isso, porque nós não estamos lidando com uma área da Cidade em que os edifícios terão grandes áreas condominiais, a não ser o trivial. E com isso esse 50% a mais geraram ainda maior número de unidades, etc. Isso não parece ter tido os estudos ainda apropriados para considerar essa questão desse adensamento. E aí vem, o que eu não entendi é o artigo da lei ou da apresentação, e faz parte da apresentação também, como vai se dar essa questão da venda do solo criado, que já absorve 50% e esses 50% passa a ser área adensável também. Quer dizer, eu estou comprando área não adensável, mas vou poder torná-la adensável. Então, é um benefício ao privado em detrimento do poder público, que me parece que pode estar perdendo recursos, apesar de ter ali uma proposta que tenta balancear isso, mas não ficou muito claro para mim. A questão do patrimônio, existe um mapa que mostra os bens de estruturação, mas, sobretudo, mostra um potencial de edificações em toda a área sul do morro do Centro, toda aquela fase sul do morro, onde a gente tem muitos imóveis históricos que, infelizmente, não tem a proteção de que podem ter interesse que não tem a proteção devida. E com a atual lei de inventário, que deixa muito fragilizado o próprio inventário e com outro trabalho que não foi feito, e o Ministério Público tem cobrado de sucessivas gestões, é a questão de fazer esse inventário e aí me parece que pode haver uma grave ameaça ao nosso patrimônio na área central, sobretudo, naquela área. Eu nem vou falar de Praça da Alfândega e etc., porque ali nós temos o perímetro de influência dos bens tombados em nível estadual, municipal e federal. Com isso eu acho que concluo, seriam as questões que eu teria mais entre outras que eu vou deixar para outro momento. Era isso, Presidente e colegas. Não sei quem está presidindo agora, Vice-Presidente ou Presidente. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho que essas questões, acho que a Vaneska pode responder pelo belo trabalho que ela fez, enfim, tomou todos os cuidados possíveis. Acho que ela pode responder tranquilamente as questões que foram abordadas. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho que novamente falar que os colegas ficam preocupados, porque algumas questões, não sei se foi pelo tempo, muitas delas estão abordadas dentro dos relatórios. Eu me sinto repetindo o que já foi falado na apresentação e talvez falando de coisas que estão bem descritas no corpo dos relatórios. Com relação aos gabaritos, em relação ao que foi questionado, justamente os aspectos que foram colocados, que deveriam ser considerados os gabaritos, nós entendemos e colocamos como parte da abordagem de construção desas volumetrias.

745

746

747748

749

750

751

752

753

754

755 756

757

758

759

760 761

762

763

764

765

766 767

768

769

770

771 772

773

774775

776

777

778

779 780

781

782

783 784

785

786

787

788 789

790

E daí até me causa certo espanto ser comparado com o regramento do plano anterior, que tratava as edificações escalonadas. Inclusive, a gente fez simulações também com essas volumetrias e não são as simulações que foram apresentadas, não foi o modelo que foi proposto, né! Então, talvez tenha ficado algum problema para ter a interpretação dessa forma sobre essa solução. A questão do patrimônio também ali, foi detalhado pelas colegas, também contemplado na parte em que nós fizemos as simulações, mas detalhar na sessão do diagnóstico. E essa parte do diagnóstico do patrimônio eu entendo que ela ilustra muito bem algo que foi uma preocupação e que teve um peso bastante grande na simulação da ocupação do território, que boa parte dele é protegido e possui proteção. Então, não sei onde estariam localizadas essas edificações de interesse que não estejam sob proteção, porque nos parece que o patrimônio histórico tem um peso muito grande no Centro, ele está bem documentado, bem escrito em mais de uma forma de proteção no sítio, nos imóveis tombados de estruturação. Agora não recordo de todos os números, eu teria que recorrer à parte escrita do relatório para poder citar. Eles foram bem documentados. A questão das densidades, eu vi que teve algumas questões no chat, né, Patrícia? Nós também colocamos ali, fizemos os cenários, construirmos e entramos em contato com relação aos provedores de infraestrutura para entender quais as áreas deveriam ser qualificadas, quais as qualificações que precisariam estar previstas no programa de acordo com a execução do adensamento. E isso a gente vincula ali com o monitoramento para poder estar casando essas ações de acordo com a evolução da ocupação do território. Não sei se faltou alguma coisa, algum tema que eu tenho tenha anotado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Sim. Duas questões aqui, uma em relação à questão do transporte. Então, nós referimos, tanto na apresentação, quanto nos relatórios, que a questão do transporte está em desenvolvimento, em conjunto com plano de mobilidade em desenvolvimento para o Centro Histórico. Então, vamos dizer, os trabalhos estão sendo desenvolvidos em paralelo. A gente tem na consolidação do programa uma minuta de lei complementar, que vai consolidar e constituir o programa, mas o desenvolvimento do programa e o detalhamento desse programa e das ações não se encerram agui. Tem todo um trabalho a ser desenvolvido ao longo do período, que também vai considerar as questões do plano de mobilidade. Isso aí está nos relatórios. Também consta nos relatórios e na própria minuta a questão da própria gestão de um comitê. A gente previu um comitê que é realmente para fazer essa questão do controle, enfim, do direcionamento das ações do território, essa destinação de recursos. Isso aí está tudo previsto para ser desenvolvido nesse comitê. Então, está tanto na minuta, quanto no próprio relatório como é que vai funcionar todas as etapas de implementação do programa. todas as ações que são necessárias para que ele funcione adequadamente. Não existe só uma minuta para ele funcionar, precisa ter uma estrutura operando adequado, uma estrutura operacional para fazer a coisa acontecer. Então, isso está tudo lá, consta lá. E complementando na questão do patrimônio histórico, nós tivemos reuniões na Secretaria da Cultura, foi uma das secretarias que fez contribuições mais significativas com o nosso trabalho. A gente entende que a própria Secretaria da Cultura deve acompanhar o andamento desses projetos, o desenvolvimento dos gabaritos. Então, eles vão fazer parte disso tudo. Então, continuando o que eu estava comentando, esse programa tem uma série de ações que vai ter essa continuidade e que no decorrer do desenvolvimento desse programa, provavelmente vocês ou os agentes que vão estar envolvidos no próprio território do Centro, vão fazer parte de todo esse desenvolvimento. Eu acho que eu tentei

792

793

794795

796

797

798 799

800

801 802

803

804

805

806 807

808

809

810

811

812

813

814

815 816

817 818

819 820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832 833

834

835

836

837

responder as questões de maneira geral. Em relação ao patrimônio... Eu me perdi ali porque trocou a tela. Em relação ao patrimônio histórico, que eu estava comentando da Secretaria da Cultura, a ideia é que dentro do próprio programa se tenha uma ideia da própria Secretaria de Cultura desenvolver programas específicos, bem como nós sugerimos, para desenvolver programas de potencializar a preservação do patrimônio histórico, estimular que o patrimônio histórico seja preservado. Enfim, eles vão trabalhar em paralelo conosco. È isso. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Isso aí, Patrícia. Na sequência a gente tem o Emerson inscrito, que não tinha falado. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental - OP-HOCDUA: Boa noite, conselheiros, conselheiras. Boa noite, Secretário. Eu guero colocar agui, tanto para o Centro, guanto para a Cidade de Porto Alegre, ela necessita de mudanças, né! E dentro dos últimos anos tem se criado uma transformação dessas mudanças. Em relação ao Centro eu também concordo com a questão de infraestrutura, ela vai ter que se readequar, porque a demanda vai aumentar. Se nós tivermos todo esse investimento e também já com a demanda existente dos próprios moradores do Centro, com certeza a infraestrutura é um ponto essencial, trabalhar a questão do esgotamento sanitário, pluvial, a própria questão de energia elétrica. Então, vai ter sim um aumento dessa infraestrutura, sistema viário, transporte público. Então, nós vamos ter que fazer uma série de melhorias. Também temos as áreas de interesse cultural, prédios históricos, tombados e outros, que é uma preocupação também do Centro em preservar esses espaços. O que é história de Porto Alegre muitos desses prédios aí. Eu quero colocar também a complexidade entre o novo modelo a ser constituído e a história do Centro. Então, tem que ter esse comparativo e fazer que tenha o equilíbrio desse novo modelo a ser constituído e a preservação do que já está constituído e o que está funcionando. Também quero colocar a observação, o comparativo de Porto Alegre, os modelos de urbanismo, Barcelona, Nova York, entre outras, que se nós analisarmos a fundo tem um abismo para ser comparado com isso, começando pelo interesse econômico, turismo, negócios, entre outros. Então, tem uma grande diferença, mas temos que entender também que as pessoas buscam sempre novas habitações. Então, isso vai depender da oferta que o Centro Histórico vai promover, que as pessoas vão se mudar para o Centro se tiver um atrativo. E a demanda habitacional eu não vejo problema em atender toda essa nova proposta, que com certeza ela migrará de outras regiões da Cidade. Então, não vejo problema em questão à demanda habitacional. Então, seria essa a minha contribuição. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Patrícia, quer conduzir? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho que foram contribuições, está tranquilo. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu ia aproveitar. Patrícia, que eu acho que na fala da Tânia e talvez de alguns outros conselheiros teve questão dos exemplos internacionais. Eu ia só pontuar que mesmo os exemplos que a gente vê tem também referências, da América Latina e outros, São Paulo também, enfim, de outros locais que são um pouco talvez mais próximos da nossa realidade. Não sei se essa é a melhor frase para descrever essa situação, também são investigados, mas que a gente não deve se abster de consultar referências internacionais, porque a gente as entende como modelos, pode encaixar à nossa realidade, ver a nossa

839

840

841 842

843

844

845

846

847848

849

850

851

852

853854

855

856

857

858

859

860

861

862 863

864

865

866

867 868

869

870

871

872

873

874 875

876

877

878

879

880 881

882

883

884

realidade, confrontar, estabelecer um paralelo, ver onde a gente pode entender que se aplica ou que como modelo pode ser aplicado e qualificar também os nossos procedimentos. Óbvio que isso tudo remontando a nossa realidade, a nossa dinâmica local de ocupação do território e que eu entendo que foi bem também expressa no diagnóstico amplo que foi feito do Centro para esse projeto. Só porque foi citado algumas vezes e eu também estou aqui me desdobrando em casa com as tarefas, mas só para não deixar sem resposta essa questão, que acho que já foi citado por mais de um conselheiro. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Obrigado, Vaneska. Eu acho que na sequência o Dal Molin. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil -**SINDUSCON:** Boa noite a todos. Primeiramente, eu não consegui ainda me apoderar de todo o estudo do Centro, não estou tendo muito tempo de ler tudo. Também, quando eu entrei na reunião hoje ainda pequei pela metade a fala do Professor Rômulo, que eu aprecio muito as suas colocações, mas eu tenho uma ideia, eu acompanhei bastante as falas e a manifestação do Rafael sobre as densidades. Eu vi agora mesmo a Vaneska falando sobre exemplos internacionais. E eu teria uma sugestão para dar, não sei se pode ser uma sugestão muito boa, mas, enfim, pegando um pouco o que a gente vê também, como diz a Vaneska, fora daqui, eu sempre entendi o Centro como um caso a parte. O próprio Plano Diretor da Cidade tem umas regras diferenciadas e eu sempre me preocupo também de como vão ser financiadas as coisas dentro de uma cidade, quais são as novas estratégias de financiamento das coisas dentro da Cidade, das coisas que eu digo é de como essas coisas vão se financiar, o seu crescimento, a sua infraestrutura. Então, uma sugestão que eu já vi em outros lugares, é que para mim eu acho que não se aplica o solo criado no Centro da Cidade, assim como a gente conhece ele fora do Centro da Cidade. Como que o solo criado, essa permissão onerosa do direito de construir fora do Centro da Cidade é de uma forma que a gente conhece, a gente sabe que até a Secretaria da Fazenda faz aqueles cálculos baseados naquelas fórmulas, mas eu acho que para esse programa do Centro da Cidade tinha que ser uma coisa bem mais simples, que é a criação do bônus de densidade para o Centro da Cidade, baseado em uma volumetria até préestabelecida, que o estudo já demonstrou, e baseado nos estudos de densidade que o próprio estudo que a Vaneska e a Patrícia demonstraram, que no próprio Centro tem algumas diferenças de densidades. A gente poderia usar o bônus de densidade, por exemplo, baseado em algum valor que se aferisse de mercado. Por exemplo, R\$ 1 mil. É só como exemplo, não se apeguem ao número, é só para eu conseguir exemplificar a ideia. Então, R\$ 1 mil seria um bônus, R\$ 1 mil reais por m² de construção, não interessa se é adensável ou não, para o uso residencial, por exemplo. Para o uso comercial seria R\$ 500,00 o bônus de densidade. E isso iria variando conforme onde a gente quer que a densidade seja um pouco maior ou um pouco melhor. Então, em algum lugar o residencial pagaria R\$ 1 mil o m<sup>2</sup>, em outro lugar do Centro poderia pagar R\$ 800,00 o m<sup>2</sup>. E ainda por cima, nesse bônus de densidade se ganharia, o empreendedor ganharia um desconto ou ganharia mais ainda se ele aplicar em algum lugar do Centro moradia de interesse social. Então, a gente poderia, o empreendedor ganharia mais bônus para construir mais se ele também tivesse o interesse de construir alguma coisa, algumas unidades, ou no mesmo local, ou fora daquele local, de interesse social. Eu não enxergo o Centro como uma coisa de elite, eu enxergo o Centro como diversidade, como a gente vê. O Centro da Cidade é a amálgama de toda a Cidade. Então, tem pessoas de todas as classes sociais e tem pessoas, por exemplo, uma época atrás o DEMHAB estava dando um valor de R\$ 500,00

886

887

888 889

890

891

892893

894

895

896

897 898

899

900

901 902

903

904

905 906

907

908

909 910

911

912

913

914

915916

917

918 919

920

921

922923

924 925

926

927

928

929 930

931

de aluguel social para as pessoas procurarem onde morar dentro da Cidade e tal. Se tivesse algum empreendedor que ganhasse um bônus, que ele construiu mais dentro daquela volumetria proposta, que ganhasse o bônus do interesse social, ele poderia fazer algumas habitações para que o próprio usuário do DEMHAB, das obras do DEMHAB, que ganhou o bônus para pagar o aluguel, poderia pagar o aluguel ali, viu, Felisberto? Então, assim ó, fica a minha sugestão, porque o bônus de densidade é uma coisa diferente do que a gente conhece do solo criado dentro da Cidade, com aquelas formas que tem que ver qual é o quarteirão. Então, qual é a frente do quarteirão que vai mandar? Vai ser a frente para a Protásio Alves ou vai ser a frente para a Barão do Amazonas? Qual é a frente? Isso é bastante complicado para a gente usar no Centro da Cidade, por isso que eu acho que essa permissão onerosa no Centro da Cidade tinha que ser uma coisa diferente, baseado em um bônus de densidade. Aí a gente consegue com muito mais propriedade usar esse bônus de uma forma urbanística, de desenvolvimento urbanístico para a Cidade, de uma forma inteligente e não ficar sempre atrelado a qual é o cálculo agora? Onde que é? Ah, é em tal lugar, quanto é? Qual o número que deu lá da Secretaria da Fazenda para a Rua dos Andradas, por exemplo? Não, é bônus, é um valor para que uma região da Cidade onde tenha a densidade "x" que deu no programa vai ser o valor de R\$ 1 mil o m². Outro canto da Cidade, que a densidade é diferente, vai ser outro valor. A gente consegue ter muito mais mobilidade, como é que se diz assim... Um instrumento muito mais rigoroso para o Centro da Cidade do que a gente ficar sempre pensando dentro da caixa do solo criado, de como funciona fora e dentro da Cidade, como que ele é vendido, por leilão, por médio adensamento, grande, pequeno, não tem. E ainda por cima, eu acho que dentro dessa volumetria proposta para o Centro, também tinha que ter, já que eu também concordo que não tenha que ter nem área adensável e nem não adensável, mas deveria ter sim um fator ambiental, que é onde o arquiteto pode propor, por exemplo, o andar inteiro, que é uma praca. E isso não vai contar se é área adensável, se é não adensável, é uma praça, tem que ter áreas de descompressão quando tem muita densidade. No Centro da Cidade, por exemplo, vai fazer um prédio lá que seja um prédio que tenha muita densidade, já que a palavra é "densidade", vou usar essa mesma palavra. Esse projeto, o arquiteto tem que ter ali uma facilidade, alguma coisa de propor não só no rooftop, em um canto do prédio, onde for, praças elevadas, mas não vai ter as praças no chão, tu não consegues ter área permeável mais no Centro da Cidade, não vai conseguir ter um jardim lá nesse prédio com a densidade que é o Centro, mas pode o arquiteto propor dentro do prédio, no meio do prédio, do lado do prédio, onde for, uma questão ambiental, que é trazer o verde para esses prédios no Centro da Cidade. O Centro da Cidade também precisa humanizá-lo, não só a gente ficar pensando em adensável. Então, fica a minha sugestão mais como arquiteto do que representante da entidade que eu represento, que é criar o bônus da densidade e se criar o fator ambiental, que é trazer algum fator de vegetação, uma coisa parecida. Então, obrigado e desculpa, eu ainda não consegui ler toda a proposta, só sei que o trabalho está maravilhoso, Vaneska. Assim que eu puder eu vou continuar lendo para conseguir contribuir um pouco melhor. Muito obrigado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Obrigado, Dal Molin. Excelentes contribuições, até gerou um debate ali no chat, que eu fiz questão de anotar dos caros professores. Eu acho que é uma coisa interessante para a gente trabalhar. Eu acho que seria interessante, se vocês puderem, se quiserem escrever mais um pouso sobre o que vocês pensam, para a gente poder agregar na proposta, seria interessante. A gente fica à

933

934

935

936 937

938

939

940

941

942

943

944945

946

947 948

949

950

951952

953

954

955 956

957

958

959

960 961

962

963 964

965

966

967

968

969

970

971

972

973974

975

976

977

978

disposição se quiserem depois conversar mais um pouco sobre isso. Obrigada. Vaneska Paiva Henrique (1<sup>a</sup> Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Sobre o solo criado, o índice, enquanto instrumento de desenvolvimento urbano é uma questão que a gente tem discutido, debatido bastante também para perder esse caráter arrecadatório, que muitas vezes acaba adquirindo nos municípios. Achei bem interessante também as contribuições. A gente estava em paralelo também no nosso grupo do planejamento pensando um pouco em como instrumentar essa discussão. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Efetivar como um instrumento urbanístico de fato, que é o que a gente acredita. Vaneska Paiva Henrique Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente Sustentabilidade - SMAMUS: Exatamente, Patrícia. Então, acho que teve alguns termos que surgiram em algumas ideias que com certeza contribuem para o nosso pensamento. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Muito obrigada. Vamos para o próximo, então. O Felisberto por último. Estou tocando aqui, Secretário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Eu queria cumprimentar a minha primeira intervenção e ouvindo o debate das questões técnicas. Como morador do Centro e como vivencio o Centro diariamente na minha vida cotidiana, eu noto e sempre volto a frisar isso, que o Centro tem vários locais que têm a sua dinâmica. E eu quero voltar a relatar mais quatro que me vieram agora no decorrer das falas. O entorno da Praça da Matriz em direção a Washington Luiz, que vai acrescentando ali a Daltro Filho, o Capitólio. E eu posso estar errado, eu não sei se na apresentação da Vaneska aquele dia ela falou que tem um olhar para fazer adensamento naquela parte ali da Washington Luiz. Depois me corrija se eu estou equivocado, eu entendi isso. E naquele entorno da Praça Daltro Filho também tem uma dinâmica na Coronel Genuíno, na André da Rocha, as transversais, o próprio Hotel Intercity que foi construído em um espaço pequeno, com escritórios e hotel. Ao longo da Borges de Medeiros também nós temos um potencial residencial hoje, são moradores que com alguns atrativos, agora na época da pandemia um pouco menos, o Justos e o Armazém Porto Alegre dão certa dinâmica de convivência à população que mora no Centro e é atrativo para as pessoas também. Então, eu acho que o Centro tem um potencial. E eu sempre digo assim, o Centro merece um olhar a partir da sua realidade. Eu gostei muito da observação do Hermes. Não adianta a gente querer potenciar o Centro sem olhar o que o Centro é hoje. Quais são as características do Centro? O que fez as pessoas continuarem a morar no Centro? Por que as pessoas moram no Centro? A própria dinâmica de mobilidade urbana mudou muito hoje no Centro em virtude da pandemia, não há mais aquela movimentação de carros, de ônibus na região central. Na Salgado Filho, na Borges de Medeiro, diminuiu esse fluxo. O próprio engarrafamento que havia na Júlio de Castilhos também não existe mais, nem na Siqueira Campos, diminuiu todo esse universo de veículos que vinham ao Centro, porque muitas pessoas passaram a trabalhar em casa. Então, houve uma mudança nessa mobilidade humana e urbana, houve uma mudança substancial. Eu acho que isso tem que sofrer uma nova avaliação. Não é uma área que eu atuo, eu estou pelo meu olhar de morador e hoje mesmo, andando pela Rua dos Andrades, eu vi o potencial que tem... Eu volto a frisar, que é um trecho importante de vivência, que está relacionado com a praça, o Centro de caracteriza por vida em torno das praças. Quem mora no Centro, os grandes prédios residenciais aqui na região central estão em torno das praças. E agora tem uma obra que me chamou muita atenção, eu não

980

981

982

983

984

985

986 987

988

989 990

991

992

993

994

995 996

997

998

999 1000

1001

10021003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

10111012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

10211022

1023

10241025

tinha visto, que é na Santa Casa, que estão construindo um prédio, que para mim avançou. Eu até gostaria que fosse olhado isso, adentrou a Praça Argentina. É u grave aquela situação ali, eu acho que aquele prédio está descaracterizando um pouco aquela região ali. Então, seria até de ser avaliado. Por fim, eu queria trabalhar com as interfaces, não quero deixar passar isso. A interface com o 4º Distrito, a interface com o Parque Harmonia e o Maurício Sirotsky, que nós temos uma questão que está me preocupando, porque essa imitação da roda gigante parece que é uma praga mundial e parece que Porto Alegre vai ter essa maldita roda gigante. Eu acho isso lamentável, descaracteriza toda a nossa história, a nossa identidade. Então, para mim isso não é sinal de modernidade e o cuidado com os prédios históricos, o Monumenta era um projeto fundamental. Houve obras no Centro, por exemplo, no entorno do Mercado Público, que descaracterizou todo o entorno. Então, é preciso a gente avaliar até que ponto as transformações urbanísticas em determinado local beneficia. A própria José Montaury foi descaracterizado, mesmo que tenham posto aquele banco, aquilo descaracteriza, não tem nenhum sentido. Então, esse olhar do Centro a partir dos prédios que são fechados também, é impressionante. Hoje eu entrei no Shopping Rua da Praia, o que tem de loias fechadas ali e na própria Rua da Praia muitas lojas estão fechadas. Então, o próprio City Hotel não sei se fechou, para mim é lamentar, um hotel histórico, o Everest já fechou. Então, essa troca de uso também é uma questão que me atrai bastante, porque nós temos muitas garagens ao longo da Avenida Mauá, como nós vamos olhar para isso, até que altura vai ser permitido para que não violente, principalmente do Mercado em direção ao Gasômetro, a relação com o Cais do Porto. Como que isso se interliga? Isso me preocupa muito, porque é um projeto do BNDES com o Governo do Estado. Como vocês pensam essa relação com esse Projeto do Cais do Porto? Então, era isso, obrigado. Eram essas as contribuições. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Felisberto, eu só figuei com uma dúvida aqui. Estava pontuando as características dos territórios, algumas características eu pontuei ali, algumas questões que estão acontecendo, mas tu tinhas citado em relação à Praça da Matriz, em torno da Praça Daltro Filho. Eu não entendi o que tu guerias vincular. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: São habitações residenciais. A Praça da Matriz, mesmo com o Palácio Piratini, a Assembleia Legislativa com o tribunal. O entrono, do lado ali, mais próximo da Duque, indo em direção à Marechal Floriano, indo ao viaduto, ali são muitas residências. Então, tem muita relação com a Praça da Matriz, as pessoas transitam. A praça está fechada hoje porque está passando por um processo de reforma. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade -SMAMUS: Sim. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Patrícia, só para a gente dinamizar um pouco, nós temos ainda o Rafael, são 20 horas. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade -**SMAMUS:** Eu só tinha uma dúvida em relação ao que ele tinha pontuado, é só isso. Obrigado, Felisberto. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: O Rafael para finalizar. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Sobre a questão, até foi colocado no chat a questão da habitação. Eu quero reforçar que me parece que está bem colocada a questão da habitação, eu ainda não consegui analisar com pormenor a minuta, mas me preocupa o fato de ela só ser contemplada com desconto

1027

1028

1029

1030

1031 1032

1033

1034

10351036

1037

1038

1039

1040

1041

10421043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

10541055

1056

1057

1058 1059

1060

1061 1062

1063

1064

1065

1066

10671068

1069

1070

10711072

e não com isenção eventual do solo criado. Parece que isso pode inviabilizar... Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Tem isenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/RS: Ah, foi colocado? É que na apresentação anterior ficou como desconto e não isenção. Então, se ficou como isenção ótimo, porque isso pode inviabilizar as proposta que me pareceram boas. Sobre a questão do fundo, eu sugeriria a criação de um novo fundo e não envolver o Fundo Municipal de Gestão do Território, até por uma questão de sobreposição de comitês gestores na gestão desse recurso. Só para esclarecer sobre os gabaritos, talvez eu tenha causado confusão na minha fala, o que eu falei é que o agente tem consagrado em áreas da cidade, não o modelo torre base, mas o modelo de escalonamento. E me parece que talvez fosse um modelo a ser estudado em detrimento desse, aí é o que eu quis dizer, assim como tinha áreas do Centro que se previu o escalonamento, em outras não. Pelo menos nas figuras que foram demonstradas na apresentação, a gente vê essas novas edificações, tal qual a mais alta, da quadra que são essas edificações anos 60. Por isso que eu digo, na verdade, ela está consolidando. Nós regredimos ao modelo anos 60 e aí me preocupa a questão, eu não tive resposta, a gente pode continuar em outro momento, que é a questão do estudo da estrutura urbana, da estrutura fundiária, vamos dizer assim, do Centro. Não eram esses os itens que eu queria colocar, mas, fundamentalmente, a questão do fundo me chamou atenção, porque eu acho que não cabe colocar no mesmo fundo geral de recursos do solo criado, tem que ter um próprio. Depois, naquele texto do comitê de monitoramento, talvez fosse melhor chamar de comitê gestor para ele realmente ter essa posição deliberativa e talvez naquele inciso em que fala de deliberar sobre ações além, porque no início do texto ele fala desse artigo... Eu tinha separado ele aqui, é a alínea d: ...além das ações e intervenções previstas, estabelecer as prioridades de ação a serem implementadas de acordo... Eu não sei, eu tiraria tudo que está antes da vírgula, ou seja, esse "além das ações". Aí cabe a esse comitê de monitoramento estabelecer as prioridades de ação. Isso seria importante constar da lei de que forma será composta, mais do que está posto ali de forma muito abrangente e pouco objetiva. Eu acho que tem que detalhar. É isso. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Está bem. Obrigado. Patrícia, quer complementar? Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Boas colocações. Eu acho que era isso, Secretário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu acho que essa contribuição, especialmente com relação ao fundo, né, Rafael? A gente, enfim, discutiu essa questão de criar um fundo específico. Sempre tem uma complexidade de operacionalizar o funcionamento do fundo, os gastos em relação aos fundos. Como tem esse específico para receber os recursos do pequeno, do médio e do grande adensamento, e com essa prerrogativa de voltar, ele está com um rol amplo de possibilidades de aplicação, respeitando as diretrizes do Estatuto da Cidade. A gente no primeiro momento entendeu de botar nesse fundo, que estariam contempladas. mas, claro, entendo a lógica, especialmente de operação urbana consorciada, que tu crias no território um fundo específico para gerir e poder financiar aquela operação urbana consorciada. Também há possibilidade de criar vínculos específicos decorrentes do solo, para separar dentro do fundo de gestão de território do vínculo "x", que é decorrente da venda de solo criado no Centro, talvez para separar dentro do próprio fundo, por essa dificuldade de gestão, porque cada fundo tem que criar comitê gestor, operacionalizar ele,

1074

1075

10761077

1078

1079 1080

1081

1082

10831084

10851086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

10931094

1095

1096

1097

109810991100

1109

contas. Mas é uma observação importante, que a gente refletiu bastante, será que seria mais adequado criar um fundo específico? A gente gostaria de viabilizar tudo e tentar por contrapartida, o conceito, a concepção que a gente está propondo para essa proposta é de que a partir de calcular o valor, a gente transformar isso em obra. Nós não gostaríamos de receber esse recurso e fazer esse gasto, pela complexidade que se tem de fazer, mas, enfim, gostaríamos que o Centro fosse revitalizado, os equipamentos pelos próprios empreendimentos. Tem valor "x", é 1 milhão 2 milhões, tem que comprar, a gente transforma esse 1 milhão, 2 milhões em obras. Logicamente para transformar em obra tem que fazer um projeto, o orçamento com base nas tabelas oficiais, esses valores tem que bater. A nossa ideia é tentar transformar tudo, mas, eventualmente, não vamos conseguir, através vai ter algumas diferenças, a gente tem que destinar para um fundo, mas é um ponto importante de reflexão. Então, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do debate, do aprendizado, da troca, das contribuições. Parabenizar novamente. Patrícia, Vaneska, pelo trabalho fantástico vem fazendo aí, um presente mesmo para a Cidade, um processo de debate, de visões distintas. Ele faz parte, ele amadurece o processo como um todo, a gente cada vez mais está tentando melhorar os nossos procedimentos para produzir uma entrega importante. É fato que o Centro precisa de uma atenção, precisa de um carinho e a gente, como órgão urbanístico também e de meio ambiente está tentando entregar uma proposta que desenvolva o Centro, sempre preocupado com as questões da sustentabilidade, na produção de habitação de interesse social, enfim, as questões sociais envolvidas. O nosso intuito é viabilizar um projeto positivo e bom para a nossa Cidade que tanto precisa. Boa noite a todos. Obrigado, até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

1101		
1102		
1103		
1104		
1105	Germano Bremm	Secretária Executiva
1106	Presidente	
1107		
1108		

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações: